

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos a V.S.as as Demonstrações Contábeis de 2017 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Leste Capixaba – Sicoob Leste Capixaba em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (www.sicoobes.com.br).

1. Política Operacional

Em 2017, o Sicoob Leste Capixaba completou 28 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa muito atrativa para investimentos e para obtenção de crédito. A atuação junto aos Associados se dá pela captação de depósitos, pela concessão de empréstimos e pela prestação de serviços financeiros.

2. Nosso Desempenho

2.1) Retornos

			%	p.p
ROE/ROA	Jan a Dez/2017	Jan a Dez/2016		Varição
Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio – anualizado	25,38	26,85		-1,47
Retorno sobre Ativo Médio - anualizado	6,07	6,14		-0,07

	Em Milhares R\$		%
Demonstração do Resultado do Período	Jan a Dez/2017	Jan a Dez/2016	Varição
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	125.654	113.239	10,96
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	68.146	67.681	0,69
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	18.341	14.363	27,7
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	24.812	18.978	30,74
Receitas com Ato Não Cooperativo	8.650	5.035	71,80
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	52.047	42.081	23,68
Despesas tributárias	1.325	1.006	31,71
Outras receitas operacionais e resultado não operacional	8.186	7.814	4,76
Ingressos de Depósitos Interooperativos	37.101	35.379	4,87
Juros ao Capital	18.489	22.215	- 16,77
Sobras Bruta do exercício	72.868	63.666	14,45

Contribuíram para compor a Sobra de 2017:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias: aumento de 30,74%, o resultado da intermediação financeira aumentou 10,96%, a receita com recuperação de prejuízo cresceu 27,70% em relação ao mesmo período de 2016.

Quanto as despesas, a variação das despesas com pessoal e administrativas, em relação ao mesmo período de 2016, foi de 23,68%.

Houve um aumento de 4,87% na receita de ingressos de depósito intercooperativos, que são os rendimentos que a Cooperativa recebeu do Sicoob Central ES pela centralização da administração financeira dos recursos.

A relação entre as receitas de prestação de serviços e de tarifas frente as despesas de pessoal, outras despesas administrativas e operacionais foi de 47,67%.

Foi pago em 2017 o valor de R\$ 18.489 mil referente a juros ao capital.

2.3) Dados Patrimoniais

	Em Milhares R\$		%
Balanco Patrimonial	Jan a Dez/2017	Jan a Dez/2016	Varição
Ativos Totais	1.322.653	1.109.844	19,17
Centralização Financeira	494.780	301.662	64,02
Carteira de Crédito	886.740	831.358	6,66
Depósitos	760.718	625.119	21,69
Patrimônio Líquido	351.070	296.509	18,40
Patrimônio de Referência (PR)	351.055	296.499	18,40

Os destaques para o crescimento da Cooperativa em 2017

O total de ativos atingiu R\$ 1.322.653 mil ao final de 2017, com crescimento de 19,17% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo da carteira de crédito, atingiu R\$ 886.740 mil, com crescimento de 6,66% em relação a 31 de dezembro de 2016.

Os depósitos obtiveram um aumento de 21,69% considerando o mesmo período de 2016, atingindo no final de 2017 o montante de R\$ 760.718 mil.

O patrimônio líquido cresceu 18,40% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 351.055 mil.

2.3.1) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Em Milhares R\$

Carteira de Crédito	31/12/2017			31/12/2016			Varição	
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total	Valor total	% Total
Crédito Rural	135.422	18.382	153.804	132.629	19.557	152.186	1.618	1,06%
Empréstimos	154.827	505.942	660.769	156.278	444.485	600.763	60.006	9,99%
Títulos descontados	4.407	44.780	49.187	7.250	48.631	55.881	-6.694	-11,98%
Conta Corrente	9.447	13.533	22.980	9.459	13.069	22.528	452	2,01%
Total	304.103	582.637	886.740	305.616	525.742	831.358	55.382	6,66%

3) Pessoas

Contávamos com 199 colaboradores no final de 2017. A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 18.628 mil.

4) Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidas a serem observados. A Cooperativa realiza também todas as consultas cadastrais e faz a avaliação do associado por meio do Rating (avaliação por pontos), buscando, assim, garantir ao máximo a liquidez das operações.

É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682. No final de 2017, houve uma concentração de 79,44% nos níveis de risco "AA" a "C".

5) Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução e fortalecimento dos princípios e objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração, órgão superior da administração da cooperativa eleito pelos Associados, as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa é monitorada periodicamente quanto à efetivação dos controles internos. Tal monitoramento é realizado pelo Sicoob Central ES que a partir de janeiro de 2011, centralizou esse serviço adotando padrão de qualidade e atuação compatível com a realidade de nossas atividades, sistemas, produtos e serviços. Integra ainda a área de fiscalização a auditoria interna realizada periodicamente por auditor do Sicoob Central ES cuja metodologia e procedimentos aplicados seguem as políticas e manuais aprovados no sistema.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência, além da autorização de funcionamento.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES, aprovado e instituído pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Além do Estatuto Social, são seguidos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A cooperativa ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos Associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6) Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 2 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

7) Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

8) Sistema de Ouvidoria

O Sicoob ES conforme previsto na Resolução 4.433 de 23/07/2015 o Conselho Monetário Nacional trabalha com sistema de ouvidoria centralizado e estrutura compartilhada com o Bancoob.

Em 2017, a Ouvidoria da Cooperativa registrou 114 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa.

Dessas demandas, as 62 foram classificadas procedentes e todas resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 (dez) dias, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

9) Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa de crédito e na nossa Administração.

Linhares – ES, 31 de janeiro de 2018.

Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

Balanco Patrimonial

em 31/12/2017 e de 2016 (em milhares de R\$)

ATIVO	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		887.108	751.524
Disponibilidades	4	3.944	2.846
Títulos e Valores Mobiliários	5	1.463	12.989
Carteira Propria		1.463	12.989
Relações Interfinanceiras	6	494.780	301.662
Centralização Financeira - Cooperativas		494.780	301.662
Operações de Crédito	7	375.016	426.011
Empréstimos e Títulos Descontados		375.953	403.097
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		119.217	114.881
(-) Provisão para Operações de Crédito		(120.154)	(91.967)
Outros Créditos	8.1	6.310	6.344
Creditos por Avais e Fianças Honorados		2.674	2.334
Rendas a Receber		3.555	3.929
Diversos		2.046	1.849
(-) Provisão para Outros Creditos		(1.965)	(1.768)
Outros Valores e Bens	9	5.595	1.672
Outros Valores e Bens		5.608	1.865
(-) Provisão para Desvalorizações		(58)	(221)
Despesas Antecipadas		45	28
Não Circulante		435.545	358.320
Realizável a Longo Prazo		396.399	320.573
Títulos e Valores Mobiliários	5	1.736	4.205
Carteira Propria		1.736	4.205
Operações de Crédito		391.570	313.380
Empréstimos e Títulos Descontados		356.983	276.075
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		34.587	37.305
Outros Créditos	8.2	3.093	2.988
Diversos		3.093	2.988
Permanente		39.146	37.747
Investimentos	10	30.575	28.749
Participação em Cooperativa Central de Credito		19.530	19.336
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Credito		11.045	9.413
Imobilizado de Uso	11	8.460	8.828
Imóveis de Uso		4.717	4.717
Outras Imobilizações e Uso		12.330	11.859
(-) Depreciação Acumulada		(8.587)	(7.748)
Intangível	12	111	170
Ativos Intangíveis		654	640
(-) Amortização Acumulada		(543)	(470)
TOTAL		1.322.653	1.109.844

PASSIVO	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		910.752	770.117
Depósitos	13	760.651	625.091
Depósito à Vista		197.085	148.809
Depósito Sob Aviso		1.650	1.677
Depósito a Prazo		561.916	474.605
Relações Interfinanceiras		108.257	108.264
Repasse Interfinanceiros	14.1	108.256	108.264
Correspondentes		1	-
Relações Interdependências		3.754	3.955
Recursos em Trânsito de Terceiros	15	3.754	3.955
Obrigações Por Empréstimos e Repasses		9.634	8.542
Empréstimo no País - Outras Instituições	14.2	9.634	8.542
Outras Obrigações		28.456	24.265
Cob. e Arrec. de Trib. e Assemelhados	16.1	493	270
Sociais e Estatutárias	16.2	15.074	13.586
Fiscais e Previdenciárias	16.3	1.592	1.782
Diversas	16.4	11.297	8.627
Não Circulante		60.831	43.218
Exigível a Longo Prazo		67	28
Depósito a Prazo		67	28
Recur. De Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias	13.2	14.560	-
Obrig. por Emissão Letras Credito Agronegocio		14.560	-
Relações Interfinanceiras		41.998	39.675
Repasse Interfinanceiros	14.1	41.998	39.675
Outras Obrigações		4.206	3.515
Diversas	16.5	4.206	3.515
Patrimônio Líquido		351.070	296.509
Capital Social	18	199.585	180.092
De Domiciliados No País		201.991	181.263
(-) Capital a Realizar		(2.406)	(1.171)
Reserva de Sobras		129.997	100.451
Sobras Acumuladas		21.488	15.966
TOTAL		1.322.653	1.109.844

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Fluxos de Caixa

em 31/12/2017 e de 2016 (em milhares de R\$)

	Nota	2º SEM. 2017	31/12/2017	31/12/2016
Ingressos da Intermediação Financeira		92.251	188.390	184.324
Operações de Crédito	7.1	92.092	187.716	182.097
Resultado de Operações com Tit. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	5.1	159	674	2.227
Dispêndios da Intermediação Financeira		(64.365)	(130.882)	(138.766)
Operações de Captação no Mercado	13.2	(22.342)	(50.695)	(57.968)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	14.3	(5.822)	(12.041)	(13.117)
Provisão para Operações de Créditos		(36.201)	(68.146)	(67.681)
Resultado Bruto Intermediação Financeira		27.886	57.508	45.558
Outros Ingressos / Rec. (Dispêndios / Desp.) Operacionais		6.355	17.133	19.510
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		7.736	14.875	10.054
Rendas (Ingressos) de Tarifas		5.229	9.937	8.924
Dispêndios/Despesas de Pessoal	21	(9.450)	(18.628)	(17.093)
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas	22	(13.178)	(25.362)	(20.421)
Dispêndios/Despesas Tributárias		(702)	(1.325)	(1.006)
Ingressos de Depósitos Interooperativos	6.1	17.539	37.101	35.379
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	23	3.863	8.592	8.240
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	24	(4.682)	(8.057)	(4.567)
Resultado Operacional		34.241	74.641	65.068
Resultado Não Operacional		(105)	(406)	(426)
Resultado Antes da Tributação e Participações		34.136	74.235	64.642
Participações nos Resultados de Empregados		(758)	(1.367)	(976)
Sobras / Perdas antes das Destinações		33.378	72.868	63.666
Destinações legais e Estatutárias			(32.891)	(25.485)
F.A.T.E.S.			(3.345)	(3.532)
Reserva Legal			(29.546)	(21.953)
Resultado antes do Juros ao Capital			39.977	38.181
Juros ao Capital	20		(18.489)	(22.215)
Sobras / Perdas Líquidas			21.488	15.966

As notas explicativas da administração são

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

em 31/12/2017 e de 2016 (em milhares de R\$)

Eventos	Capital		Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Legal		
Saldos em 31/12/15	142.479	(737)	78.498	25.921	246.161
Destinação de Sobras Exercício Anterior:					
- Ao Capital	25.783			(25.783)	-
- Cotas Capital à Pagar - Ex-associados				(138)	(138)
Movimentações de Capital:					
Por Subscrição/Realização	9.871	(434)			9.437
Por Devolução (-)	(13.737)				(13.737)
Estorno de Capital	(53)				(53)
Reversões de Reservas					
- Sobras ou Perdas Líquidas				63.666	63.666
- Provisão de Juros ao Capital				(22.215)	(22.215)
- Subscrição do Juros ao Capital	22.215				22.215
- Juros ao Capital à Pagar - Ex-associados	(336)				(336)
- Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(4.136)				(4.136)
- IRRF sobre Juros ao Capital	(823)				(823)
Fates Atos Não Cooperativos				(1.536)	(1.536)
Destinação das Sobras do Exercício:					
- Fundo de Reserva			21.953	(21.953)	-
- F A T E S				(1.996)	(1.996)
Saldos em 31/12/16	181.263	(1.171)	100.451	15.966	296.509
Saldos em 31/12/16	181.263	(1.171)	100.451	15.966	296.509
Destinação de Sobras Exercício Anterior:					
- Ao Capital	15.880			(15.880)	-
- Cotas Capital à Pagar - Ex-associados				(86)	(86)
Movimentações de Capital:					
Por Subscrição/Realização	7.190	(1.235)			5.955
Por Devolução (-)	(16.357)				(16.357)
Estorno/Cancelamento de Capital (-)	(228)				(228)
Reversões de Reservas					
- Sobras ou Perdas Líquidas				72.868	72.868
- Provisão de Juros ao Capital				(18.489)	(18.489)
- Subscrição do Juros ao Capital	18.489				18.489
- Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(3.485)				(3.485)
- Juros ao Capital à Pagar - Ex-associados	(238)				(238)
- IRRF sobre Juros ao Capital	(523)				(523)
Fates Atos Não Cooperativos				(659)	(659)
Destinação das Sobras do Exercício:					
- Fundo de Reserva			29.546	(29.546)	-
- F A T E S				(2.686)	(2.686)
Saldos em 31/12/2017	201.991	(2.406)	129.997	21.488	351.070
Saldos em 30/06/2017	191.292	(2.074)	100.451	31.192	320.861
Movimentações de Capital:					
Por Subscrição/Realização	3.204	(332)			2.872
Por Devolução (-)	(6.638)				(6.638)
Estorno de Capital	(110)				(110)
Reversões de Reservas					
- Sobras ou Perdas Líquidas				33.378	33.378
- Provisão de Juros ao Capital				(10.191)	(10.191)
- Subscrição do Juros ao Capital	18.489				18.489
- Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(3.485)				(3.485)
- Juros ao Capital à Pagar - Ex-associados	(238)				(238)
- IRRF sobre Juros ao Capital	(523)				(523)
Fates Atos Não Cooperativos				(659)	(659)
Destinação das Sobras do Exercício:					
- Fundo de Reserva			29.546	(29.546)	-
- F A T E S				(2.686)	(2.686)
Saldos em 31/12/17	201.991	(2.406)	129.997	21.488	351.070

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxo de Caixa

em 31/12/2017 e de 2016 (em milhares de R\$)

DESCRIÇÃO	2º SEM.2017	31/12/2017	31/12/2016
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Exercício Antes da Tributação e Participações	34.136	74.235	64.642
Participações nos Resultados de Empregados	(758)	(1.367)	(976)
Depreciações e Amortizações	664	1.380	1.586
Provisão de Juros ao Capital	(10.191)	(18.489)	(22.215)
Provisão para perda com operações de crédito	36.201	68.146	67.681
Resultado das baixas por obsolescência do Ativo Imobilizado	29	30	7
Resultado de participação de coligadas e controladas e Distribuição de Sobras	-	(1.285)	(1.438)
	60.081	122.650	109.287
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Títulos e Valores Mobiliários	1.392	13.994	(6.205)
Relações Interfinanceiras	12	-	-
Operações de Crédito	(67.170)	(95.340)	(133.110)
Outros Créditos	1.386	(71)	(2.214)
Outros Valores e Bens	(1.303)	(3.923)	766
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Vista	44.768	48.276	18.391
Depósitos sob Aviso	27	(27)	(534)
Depósitos a Prazo	22.597	87.350	94.874
Recur. De Aceites Cambiais, Letras	14.560	14.560	-
Outras Obrigações	(2.619)	4.881	3.203
Relações Interfinanceiras	10.125	2.316	(25.122)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	1.092	(811)
Relações Interdependências	3.717	(201)	(788)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	87.573	195.557	57.737
Atividades de Investimentos			
Recebimento Dividendos	-	1.285	944
Distribuição Sobras da Central	-	-	494
Aplicação no Intangível	-	-	(2)
Aplicação no Diferido	(12)	(13)	-
Inversões em Imobilizado de Uso	(715)	(968)	(1.754)
Inversões em Investimentos	(514)	(1.827)	(2.724)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(1.241)	(1.523)	(3.042)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	2.872	5.955	9.437
Devolução de Capital à Cooperados	(6.638)	(16.357)	(13.737)
Estorno/Cancelamento de Capital	(110)	(228)	(53)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	(86)	(138)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(659)	(659)	(1.536)
FATES Sobras Exercício	(2.686)	(2.686)	(1.996)
Juros ao Capital à Pagar Ex-associados	(238)	(238)	(336)
Subscrição do Juros ao Capital	18.489	18.489	22.215
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(3.485)	(3.485)	(4.136)
IRRF sobre Juros ao Capital	(523)	(523)	(823)
Aumento de Reservas			
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	7.022	182	8.897
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	93.354	194.216	63.592
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	405.370	304.508	240.916
No Fim do Período	498.724	498.724	304.508
Varição Líquida das Disponibilidades	93.354	194.216	63.592

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

em 31/12/2017 e de 2016 (em milhares de R\$)

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO LESTE CAPIXABA - SICOOB LESTE CAPIXABA – (“SICOOB LESTE CAPIXABA” ou “Cooperativa”), é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 18/05/1989, filiada à CCC DO ESPÍRITO SANTO – SICOOB CENTRAL ES e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB LESTE CAPIXABA possui 17 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: MARLANDIA - ES, COLATINA - ES, SOORETAMA - ES, JAGUARÉ - ES, ARACRUZ - ES, IBIRACU - ES, LINHARES - ES, JOÃO NEIVA - ES, FUNDÃO - ES, RIO BANANAL - ES, SERRA - ES

O SICOOB LESTE CAPIXABA tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposto em contrário. As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil.

3. Resumo das principais práticas contábeis

(a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

(b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Inclusive, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, a vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

(d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros préfixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério *«pro rata temporis»*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

(e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

(f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

(g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

(h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

(i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

(j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

(k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*«pro rata temporis»*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

(l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

(m) Provisões e Passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Passivos contingentes

As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

(n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

(o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

(p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

(q) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas nas sobras do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

(r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente que mereça divulgação para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

em 31/12/2017 e de 2016 (em milhares de R\$)

4. Disponibilidade

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Caixa (a)	3.403	2.247
Deposito Bancário Bancoob	-	8
Numerário em Trânsito (b)	541	591
Total	3.944	2.846

(a) Numerário em tesouraria e terminais de autoatendimento das agências da Cooperativa.
(b) Numerário custodiado em empresas de guarda de valores.

5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Título De Renda Fixa – Circulante	1.463	12.989
Título De Renda Fixa – Não circulante	1.736	4.205
Total	3.199	17.194

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI. Tal recurso refere-se a operações que estão vinculadas ao Acordo de Compensação assinado entre a Cooperativa e o Bancoob com o objetivo de mitigação de risco de crédito, sendo seus vencimentos correspondentes aos vencimentos dos contratos de repasse do crédito rural.

5.1 Resultado de Operações com Tit. E Valores Mobil. e Instr. Financeiros

É constituído pelas receitas aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Rdc - pós-fixado	674	2.227
Total	674	2.227

6. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	494.780	301.662
Total	494.780	301.662

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL ES conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

6.1 As receitas recebidas dessa transação resultaram em 31/12/2017 no montante de R\$ 37.101 (31/12/2016 – R\$ 35.379) com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de "Ingressos de Depósitos Interooperativos".

7. Operações de crédito

As operações de crédito estão classificadas de acordo com o risco apresentado, amparadas por informações internas e externas em relação aos devedores e seus garantidores e em relação à operação, levando-se em conta, ainda, as situações de renda e patrimônio, bem como, outras informações cadastrais do devedor, conforme preconizado nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do Conselho Monetário Nacional.

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Operações de Crédito	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamento a Depositantes	2.531	2.681
Cheque Especial	8.234	8.302
Conta Garantida	12.215	11.545
Empréstimo	604.488	541.543
Títulos Descontados	49.187	55.881
Financiamentos	56.281	59.220
Financiamentos Rurais	153.804	152.186
Total da Carteira de Crédito	886.740	831.358
(Provisão para operações de Crédito)	-120.154	-91.967
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	766.586	739.391

b) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a Depositantes	2.531	0	0	2.531
Cheque Especial	8.234	0	0	8.234
Conta Garantida	12.215	0	0	12.215
Empréstimos	92.848	184.695	326.945	604.488
Títulos Descontados	44.843	4.344	0	49.187
Financiamentos	8.006	18.237	30.038	56.281
Financiamentos Rurais	13.752	105.465	34.587	153.804
TOTAL	184.273	312.741	391.570	886.740

c) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Carteira	Curso	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
Adiantamento a Depositantes	Normal	0	1	92	213	274	16	41	5	66	708	785
	Anormal	0	0	5	101	202	98	169	184	1.064	1823	1.896
Cheque Especial	Normal	0	84	1.840	2.704	1.844	451	289	127	895	8234	8.302
	Anormal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Conta Garantida	Normal	0	374	3.110	5.497	857	384	256	106	1.631	12215	11.545
	Anormal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empréstimo	Normal	6.928	97.923	119.463	218.611	34.051	6.857	23.877	18.157	31.559	557426	490.024
	Anormal	0	1.614	1.089	4.931	1.681	5.444	3.729	2.186	26.388	47062	51.519
Títulos Descontados	Normal	6.653	19.642	6.817	12.534	1.660	59	192	0	547	48104	52.833
	Anormal	0	0	62	191	145	48	20	102	515	1083	3.048
Financiamentos	Normal	0	10.907	17.260	21.370	1.289	593	754	12	619	52804	53.943
	Anormal	0	28	410	723	670	354	249	158	885	3477	5.277
Financiamentos Rurais	Normal	0	7.612	94.345	41.049	3.158	1.157	1.396	280	2.978	151975	151.380
	Anormal	0	0	0	203	413	337	0	69	807	1829	806
Total Normal	Normal	13.581	136.543	242.927	301.978	43.133	9.517	26.805	18.687	38.295	831.466	768.812
Total Anormal	Anormal	0	1.642	1.566	6.149	3.111	6.281	4.167	2.699	29.659	55.274	62.546
Total		13.581	138.185	244.493	308.127	46.244	15.798	30.972	21.386	67.954	886.740	831.358

d) Composição da provisão por classificação de nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível de Risco	% Provisão	31/12/2017		31/12/2016	
		Valor Operações	Provisão Constituída	Valor Operações	Provisão Constituída
AA	-	13.582	0	12.323	0
A	0,5	138.185	693	159.374	797
B	1	244.493	2.445	288.267	2.883
C	3	308.128	9.244	238.202	7.146
D	10	46.243	4.624	32.156	3.216
E	30	15.797	4.739	22.036	6.611
F	50	30.973	15.486	13.243	6.621
G	70	21.385	14.969	3.547	2.483
H	100	67.954	67.954	62.210	62.210
Total		886.740	120.154	831.358	91.967

e) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2017	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	3.360	174.362	11.296	5.558	194.576	22%
Setor Privado - Indústria	699	46.895	12.384	4.497	64.475	7%
Setor Privado - Serviços	8.919	266.571	19.941	7.500	302.931	34%
Pessoa Física	9.447	154.827	4.407	135.422	304.103	34%
Outros	555	18.114	1.159	827	20.655	3%
TOTAL	22.980	660.769	49.187	153.804	886.740	100%

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	91.967	54.103
Constituições	67.953	65.614
Transferência para prejuízo	(39.766)	(27.750)
TOTAL	120.154	91.967

g) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Devedor	15.398	2%	18.356	3%
10 Maiores Devedores	123.820	14%	117.045	14%
50 Maiores Devedores	305.403	34%	272.377	33%

h) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	68.697	56.275
Valor das operações transferidas no período	39.766	27.750
Valor das operações recuperadas no período	(18.341)	(14.363)
Valor dos juros recebidos nas operações recuperadas	450	0
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(1.836)	(965)
TOTAL	88.736	68.697

7.1 Operações de Crédito

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos e financiamentos, desconto de duplicatas, conta garantida, cheque especial, adiantamento a depositante, repasses de recursos do Bancoob e Sicoob Central ES.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Rendas de adiantamentos a depositantes	3.200	3831
Rendas de empréstimos	126.821	120.832
Rendas de direitos creditórios descontados	14.338	16.545
Rendas de financiamentos	13.094	14.206
Rendas financiamentos rurais - aplicações livres	222	4
Rendas financ rurais - aplic repassadas e refinanc	11.699	12.317
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	18.342	14.362
Total	187.716	182.097

8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, conforme demonstrado:

8.1 Descrição – Curto Prazo	31/12/2017	31/12/2016
Avais e Fianças Honradas	2.674	2.334
Créditos por avais e fianças honradas	2.674	2.334
Rendas a Receber	3.555	3.929
Rendas de convenio a receber	59	69
Rendas a receber - Cartões	554	535
Centralização financeira	2663	3218
Rendas a receber seguros	143	-
Rendas convênios a receber - inss	6	8
Outras Rendas a Receber	130	99
Diversos	2.046	1.849
Antecipação Salariais	122	130
Adiantamento de Salário	1	1
Adiantamento de Férias	121	129
Adiantamentos Diversos	5	4
Adiantamento para despesas Diversas	5	4
Adiantamentos Por Conta de Imobilizações	136	8
Adiantamento por conta de Imobilizações	136	8
Devedores por Compra de Valores e Bens	88	7
Sistemas de Transportes	88	7
Impostos e Contribuições a Compensar	710	926
Saldo Negativo IRPJ – Exercício anteriores	429	498
Saldo Negativo CSLL- Exercício anteriores	179	350
Cofins a Compensar	48	38
Pis a Compensar	10	8
IR Retidos	19	19
Contribuição Social	13	13
IOF a Compensar	12	-
Pagamentos a Ressorcir	357	152
Confederação Nacional das Cooperativas de Crédito	1	1
Outros	356	151
Títulos de Crédito a Receber	502	419
Tarifas a Receber	502	419
Devedores Diversos - País	126	203
Pro agro a Receber	15	21
Faltas de Caixa	1	2
Pendencias a Regularizar	45	50
Plano de Saúde a Receber	14	11
Pendencias a Regularizar Bancoob	51	119
Total	8.275	8.112
(-) Provisão para Outros Créditos	(1.965)	(1.768)
(-) Com característica de concessão de crédito	(3)	(1)
(-) Avais e Fianças Honradas	(1.962)	(1.767)
Total Outros créditos Líquido	6.310	6.344

8.2 Descrição – Longo Prazo	31/12/2017	30/12/2016
Devedores por Depósito e Garantia (a)	3.088	2.983
Pis – Depósito Judicial	500	483
Cofins – Depósito Judicial	2.562	2.474
Para interposição de recursos trabalhistas	5	5
Para interposição de recursos trabalhistas	5	5
Total	3.093	2.988

(a) Valores referentes a interposição de recursos fiscais registrados no ativo e passivo, classificados a longo prazo, sendo seus vencimentos previstos para conclusão dos processos citados na Nota 16.5.

9. Outros valores e bens

Encontram-se registrados neste grupo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Bens não de Uso Próprio (a)	5.448	1.865
Imóveis	4.349	958
Veículos e Afins	76	854
Bens em Regime Especial	1.023	53
Almoxarifado	160	-
(-) Prov. para desvalorização de Outros Valores e Bens (b)	(58)	(221)
Despesa Antecipada (c)	45	28
Prêmio de seguros	10	13
Outros	35	15
Total	5.595	1.672

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como doação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção;

(b) Refere-se a provisão com base em laudo atualizado dos valores de mercados dos bens não de uso próprio;

(c) Os valores mais relevantes registrados em outros refere-se a Contribuição Cooperativista.

10. Investimentos

O saldo é representado por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do BANCOOB.

Notas Explicativas

em 31/12/2017 e de 2016 (em milhares de R\$)

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Cooperativa Central de Credito do Espirito Santo – Sicoob Central	19.530	19.336
Participações em Cooperativa Central de Credito	19.530	19.336
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB	11.045	9.413
Participações em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Crédito	11.045	9.413
Total	30.598	28.749

11. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação	31/12/2017	31/12/2016
Imobilizado em Curso		654	23
Saldo Imobilizado em Curso		654	23
Terrenos	-	2.989	2.989
Saldo Terrenos		2.989	2.989
Edificações	4%	1.728	1.728
(-) depreciação acumulada de imóveis de uso-edificações		(581)	(512)
Saldo Imobilizado de Uso		1.147	1.216
Instalações	10%	5.211	5.232
(-) depreciação acumulada de instalações		(3.521)	(2.890)
Saldo Instalações		1.690	2.342
Móveis e Equipamentos	10%	2.353	2.454
(-) depreciação acumulada de móveis e equipamentos de uso		(1.276)	(1.194)
Saldo Móveis e Equipamentos		1.077	1.260
Sistema de Processamento de Dados	10%	2.890	2.939
(-) sistema de processamento de dados		(2.401)	(2.441)
Saldo Sistema de Processamento de Dados		489	498
Sistemas de Comunicação	20%	168	174
(-) sistema de comunicação-equipamentos		(125)	(121)
Saldo Sistemas de Comunicação		42	53
Sistemas de Segurança	10%	931	914
(-) depreciação acumulada - sistema de segurança		(560)	(489)
Saldo Sistemas de Segurança		371	425
Sistemas de Transporte	20%	123	123
(-) depreciação acumulada - sistema de transporte		(123)	(101)
Saldo Sistemas de Transporte		-	22
Subtotal		17.047	16.576
Depreciação acumulada		(8.587)	(7.748)
Total Líquido Imobilizado.		8.460	8.828

(*) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

12. Intangível

Descrição	Custo	Amortização acumulada	Taxa de Amortização	31/12/2017	31/12/2016
Direito de Uso	654	(543)	10%	654	640
Total				654	640
Amortização acumulada		(543)		(470)	
Total				138	204

13. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentação, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final da operação, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósito à Vista	197.085	148.809
Depósito Sob Aviso	1.650	1.677
Depósito a Prazo	561.983	474.633
Total	760.718	625.119

Os depósitos, até o limite de R\$ 250, por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº 4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Depositante	47.812	6%	11.632	2%
10 Maiores Depositantes	138.079	18%	80.330	13%
50 Maiores Depositantes	238.528	32%	173.327	28%

13.1 Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias

As letras de câmbio e as letras imobiliárias e hipotecárias são títulos de captação criados com finalidades específicas, mas que, atualmente não são expressivos em relação ao volume global das captações das instituições financeiras.

A Letra de Crédito do Agronegócio é um título de crédito nominativo, que é uma promessa de pagamento em dinheiro, emitido exclusivamente pela Cooperativa. A emissão da Letra é condicionada à existência e disponibilidade na Cooperativa de direitos e créditos relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Obrig. por Emissão Letras Crédito Agronegócio	14.560	0
Total	14.560	0

13.2 Operações de Captação no Mercado

A despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo e Depósitos Sob Aviso.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de depósitos de aviso prévio	152	230
Despesas com captação-r.d.c.	49.421	56.877
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	86	0
Contribuição ordinária - fgcoop	1.036	861
Total	50.695	57.968

14. Relações Interfinanceiras e Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

14.1 Relações Interfinanceiras:

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Relações Interfinanceiras:

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2017		31/12/2016
			Circulante - Até 1 ano	Não Circulante - Acima de 1 ano	
BANCOOB	Diversas	Diversos	83.575	32.172	114.539
Sicoob Central ES	Diversas	Diversos	24.681	9.826	33.400
Total			108.256	41.998	147.939

14.2 Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2017		31/12/2016
			Circulante - Até 1 ano	Não Circulante - Acima de 1 ano	
Sicoob Central ES	Diversas	Diversos	9.634	-	8.542
Total			9.634	-	8.542

14.3 Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses

Estas despesas são especialmente representadas por juros e atualização monetária sobre repasses de recursos, obtidos junto ao Bancoob e Sicoob Central.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas com Empréstimo Rotativo Central	874	1.263
Despesas de repasse - Central	2.610	2.815
Despesas de repasse - Bancoob	8.557	9.039
Total	12.041	13.117

15. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse conforme convênios firmados.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Recebimento em Transito de Terceiros (a)	120	44
Ordens de Pagamento	3.634	3.911
Total	3.754	3.955

(a) Refere-se a Recebimentos de R\$103 mil Convênios de Energia Elétrica e Gás, R\$13 mil Convênios de Saneamento e R\$4 mil cames/assemelhados a serem repassados.

16. Outras Obrigações

16.1 Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Operações de Credito - IOF	392	188
Operações com títulos e valores mobiliários - IOF	2	5
Convênios Estaduais	-	-
Convênios Municipais	99	77
Total	493	270

16.2 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (b)	11.999	10.624
Provisão para Participações nos Lucros – empregados (a)	769	936
Gratificações a Dirigentes (c)	221	150
Cotas de Capital a Pagar (d)	2.085	1.876
Total	15.074	13.586

(a) Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e acordo coletivo, a Cooperativa provisionou o montante de R\$ 769 a título de participação dos empregados nos resultados, com o pagamento efetivado em 31/01/18.

(b) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(c) Refere-se a provisão para pagamento de bônus para Diretoria Executiva.

(d) Refere-se a cotas de capital a devolver de associados desligados.

16.3 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Imposto e contribuições s/ serviços de terceiros	116	91
Imposto e contribuições s/ salários	578	553
Outros	898	1.138
Total	1.592	1.782

16.4 Diversas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações por aquisição de bens e direitos	13	7
Obrigações Por Prestação De Serviços De Pagamento (b)	4887	3815
Despesas de Pessoal	1367	1326
Água/energia/gás	0	0
Aluguéis	46	45
Comunicações	32	94
Propaganda e publicidade	1	0
Segurança e vigilância	0	0
Manutenção e conservação de bens	14	14
Transporte	83	8
Plano de saúde	112	11
Compensação	241	375
Seguros a recolher	3	3
Seguro prestamista	321	324
Provisão de despesas com cartões	195	158
Outras despesas administrativa	68	39
Provisão para Garantias Prestadas	2842	1660
Pendências a regularizar	276	18
Diferença de caixa	15	28
Pagamentos a processar	86	217
Pendências a regularizar banco	73	40
Cooperativa central	275	28
Valores a pagar arrecadação	10	8
Taxas alienação de veículos a	58	55
Taxas de gravames a repassar	11	11
Cheques Descontados (a)	177	250
Credores diversos – Liquidação de cobrança	65	64
Credito Terceiros	26	7
Outros	0	22
Total	11.297	8.627

a. Refere-se a cheques depositados relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2017;

b. Refere-se aos convênios de folhas de pagamento com empresas associadas;

16.5 Contingências Passivas

Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida, foram constituídas as seguintes provisões, que estão registradas na rubrica provisões para contingências.

Descrição	31/12/2017		31/12/2016	
	Provisões para Contingências	Depósitos judiciais	Provisões para Contingências	Depósitos Judiciais
PIS (a)	500	500	483	483
COFINS (a)	2.562	2.562	2.474	2.474
Passivos Trabalhistas (b)	984	5	406	5
Outras contingências	-	26	152	26
Cíveis (c)	160	-	-	-
Total	4.206	3.093	3.515	2.988

(a) PIS e COFINS - quando do advento da lei no. 9.718/98, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Conseqüentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a dezembro de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em garantia;

Notas Explicativas

em 31/12/2017 e de 2016 (em milhares de R\$)

- (b) Provisão de ações por reclamações trabalhistas;
 (c) Refere-se a processo de dano moral e material que foram reclassificados da conta de "outras contingências".
 Os processos judiciais em que a Cooperativa figura como pólo passivo, foram classificadas como perdas possíveis processos, totalizando R\$ 240.

17. Instrumentos financeiros

O SICOOB LESTE CAPIXABA opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

18. Patrimônio líquido

(a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	199.585	180.092
Associados	55.736	48.032

(b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 55%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

(c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 01/04/2017, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a decisão foi para aumento do capital social, no valor de R\$ 15.966.

(d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Sobra líquida do exercício	54.379	41.451
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(659)	(1.536)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	53.720	39.915
Destinações estatutárias	(32.232)	(23.949)
Reserva legal - 55%	(29.546)	(21.953)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(2.686)	(1.996)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	21.488	15.966

19. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Receita de prestação de serviços	8.650	5.035
Despesas específicas de atos não cooperativos	(1.778)	(674)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(1.494)	(752)
Resultado operacional	5.378	3.609
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(406)	(426)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	4.972	3.183
Receitas tributáveis, mas que não compõem o Ato Não cooperativo	(4.313)	(1.647)
Resultado destinado para o Fates Ato Não Cooperativo	659	1.536

20. Juros sobre o Capital Próprio

A Cooperativa efetuou pagamento de juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. O referido pagamento foi demonstrado na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Juros ao Capital	18.489	22.215
IRRF sobre juros ao capital	(523)	(823)
Juros ao Capital – Associados Desligados	(238)	(4)
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(3.485)	(4.136)
Valor incorporado a conta capital	14.243	16.920

21. Dispêndios/Despesas com Pessoal

São constituídas pelos salários, honorários, benefícios e encargos provisionados e pagos aos empregados da Cooperativa.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de honorários	1.835	1.715
Despesas de pessoal - benefícios	3.598	3.175
Despesas de pessoal - encargos sociais	3.604	3.342
Despesas de pessoal - proventos	9.381	8.641
Despesas de remuneração de estagiários	208	215
Despesas de pessoal - outros	2	5
Total	18.628	17.093

22. Outros Dispêndios/Despesas Administrativas

Outras Despesas Administrativas são constituídas por despesas de manutenção de sua infraestrutura operacional tais como, água, luz, telecomunicações, publicações, processamento de dados, além de serviços financeiros, de suporte técnico, consultoria, dentre outros.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de água energia e gás	543	564
Despesas de aluguéis	1.410	1.146
Despesas de comunicações	957	894
Despesas de manutenção e conservação de bens	231	201
Despesas de material	264	258
Despesas de processamento de dados	3.807	1.578
Despesas de promoções e relações públicas	505	443
Despesas de propaganda e publicidade	403	536
Despesas de publicações	35	19
Despesas de seguros	26	16
Despesas de serviços do sistema financeiro	6.744	7.335
Despesas de serviços de terceiros	1.312	1.236
Despesas de serviços de vigilância e segurança	1.437	1.297
Despesas de serviços técnicos especializados	729	619
Despesas de transporte	828	666
Despesas de viagem no país	47	47
Outras despesas administrativas	4.704	1.980
Despesas de amortização	73	67
Despesas de depreciação	1.307	1.519
Total	25.362	20.421

23. Outros ingressos/rendas operacionais

Refletem principalmente recuperação de encargos e despesas, reversão de garantias prestadas, reversão provisão para contingência, receitas com cartão de crédito e delcredere.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Reversão provisão para garantias prestadas	121	0
Reversão provisão para conting	61	0
Rendas juros cartão de crédito	3.118	2.543
Rendas multas por atraso - cartão de crédito	610	812
Dividendos	1.285	944
Crédito receita sipag - faturamento	117	75
Crédito receita sipag - antecipação	466	191
Rendas intercâmbio - cartão de crédito	1.311	836
Rendas intercâmbio - cartão de débito	21	172
Distribuição de sobras da central	0	493
Rendas de repasses delcredere	1.211	1.893
Outras rendas operacionais	271	281
Total	8.592	8.240

24. Outros dispêndios/despesas operacionais

São despesas de provisões para contingências, provisão de garantias prestadas, descontos concedidos em operações de crédito, cancelamento de tarifas pendentes e contribuição ao fundo de tecnologia da confederação.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Trabalhistas	578	0
Contingentes	69	0
Provisão para garantias prestadas	1.303	0
Perdas - fraudes externas	22	23
Perdas - práticas inadequadas	108	15
Perdas - falhas de gerenciamento	19	21
Estorno juros - crédito	165	0
Descontos concedidos - operações de crédito	3.678	2.160
Correspondente bancário	116	150
Tarifa recebimento convênio - inss	15	13
Passivos contingentes	0	18
Cancelamento - tarifas pendentes	932	831
Fundo de desenvolvimento	0	324
Mensagens sms - cartões	10	6
Descontos concedidos - oper cred - crédito pessoal	31	36
Estorno juros mora - oper crédito - rpl	19	2
Estorno juros mora - oper crédito - rec repassados	0	21
Tarifa recebimento convênio - cra's cartórios	20	0
Contrib. ao fundo ressarc. fraudes	43	22
Contrib. ao fundo ressarc. perdas operacionais	24	12
Contrib. ao fundo tecnologia da informação	869	900
Outros	36	13
Total	8.057	4.567

25. Resultado não operacional

O Resultado Não Operacional consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Lucro em Transações com Valores de Bens	2	12
Ganhos de Capital	51	27
Reversão de Provisões não Operacionais	18	0
Outras Rendas não Operacionais	77	48
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(428)	(274)
(-) Perdas de Capital	(43)	(9)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(21)	(221)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(62)	(9)
Total	- 406	- 426

26. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Operações ativas das partes relacionadas – saldo em 31/12/2017:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	18	-	0,07%
Conta Garantida	40	(1)	0,06%
Crédito Rural	1.894	(18)	1,00%
Empréstimo	9.006	(167)	2,00%
Financiamento	48	(1)	0,04%

Percentual em relação a carteira ativa referente a movimentação total

Descrição	31/12/2017
Empréstimos e Financiamentos	2,69%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,49%
Crédito Rural	0,17%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito com garantias prestadas	31/12/2017
Crédito Rural	3.444
Empréstimos e Financiamentos	31.835

Operações passivas das partes relacionadas – saldo em 31/12/2017:

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa - %
Depósitos a Vista	1.020	0,52%	-
Depósitos a Prazo	3.307	0,57%	89%a 100% CDI

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das operações (Ativas/Passivas)	Taxas Aplicadas em relação as partes relacionadas	Taxa aprovada pelo conselho de administração/ Diretoria Executiva
Cheque Especial	6,97% a.m	6,97% a.m
Conta garantida	5,97% a.m	5,97 a.m.
Desconto de Cheques	1,40% a.m. à 4,00% a.m	1,40% a.m. à 4,00% a.m
Consignado	1,30% a 2,80%	1,30% a 2,80%
Empréstimos	1,09% a 4,85% a.m. 0,30% + CDI a 3,00% + CDI	1,09% a 4,85% a.m. 0,30% + CDI a 3,00% + CDI
Financiamentos	0,50% + CDI a 3,00% + CDI	0,50% + CDI a 3,00% + CDI
Crédito Rural - RPL	1,75% a 3,00% a.m	1,30% a 4,85 a.m.
Crédito Rural - Repasses	1,00% a. 12,00 a.a. + TR	1,00% a. 12,00 a.a. + TR
Aplicações financeiras – RDC Longo CDI	89%a 100% CDI	89%a 100% CDI

Em 31/12/2017, os benefícios monetários e não monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, custeio parcial de plano de saúde, seguro de vida e previdência privada, apresentando-se da seguinte forma:

Benefício monetários	31/12/2017
Honorários e Cédula de Presença	1.645
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Vale Alimentação / Previdência Privada	44

A Cooperativa apresenta os valores de transação com as partes relacionadas que teve com o Sicoob Central ES que é uma Cooperativa Central de Crédito, o qual, a Cooperativa tem participação e está presente e no conselho de administração e com o Bancoob.

	Transações com Sicoob Central ES e Bancoob	
	31/12/2017	31/12/2016
Ativo	497.979	318.856
Títulos e Valores mobiliários	3.199	17.194
Relações Interfinanceiras	494.780	301.662
Passivo	159.888	156.481
Relações Interfinanceiras	150.254	147.939
Obrigações por Empréstimos e Repasses	9.634	8.542
Receitas	37.775	37.606
Resultado de Operações com Tit. E Valores Mobil. E Instr. Financeiros	674	2.227
Ingressos de Depósitos Interooperativos	37.101	35.379
Despesas	15.049	14.116
Operações de Empréstimos e Repasses	12.041	13.117
Despesas Administrativas (Rateio Despesas da Central)	3.008	999

27. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO LESTE CAPIXABA - SICOOB LESTE CAPIXABA, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

Notas Explicativas

em 31/12/2017 e de 2016 (em milhares de R\$)

O SICOOB CENTRAL ES, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiais (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL ES a coordenação das atividades de suas filiais, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB LESTE CAPIXABA responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL ES perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

28. Gerenciamento de Risco

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN nº 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no Sicoob Confederação, a Superintendência de Gestão de Risco e Capitais, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

28.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no site do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

28.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO LESTE CAPIXABA objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 Resolução CMN 4.090/2012, a COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO LESTE CAPIXABA aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência ao modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, a COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO LESTE CAPIXABA possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

28.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito da COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO LESTE CAPIXABA objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO LESTE CAPIXABA aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação (Sicoob), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO LESTE CAPIXABA possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

28.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital da COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO LESTE CAPIXABA objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, a COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO LESTE CAPIXABA aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

29. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 68.734 (31/12/2016 – R\$ 50.600), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

30. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

31. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.192, de 1º/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio de Referência	351.055	296.499
Margem de Compatibilização	234.583	191.950
Índice da Basileia	39,18%	36,87%
Margem de Imobilização	166.971	139.261

Linhares-ES, 31 de dezembro de 2017.

Alair José Giurlato
Diretor Executivo
CPF: 931.067.267-68

Michelle Sabaini Calmon Manzoli
Diretora Operacional
CPF: 009.854.567-10

Fábia Lorena Rosi Mantovanelli
Contadora CRC nº 013868/O-8-ES
CPF: 007.835.517-62

Vitória/ES, 19 de março de 2018.

Jonas Geraldo Ardison
Coordenador do Conselho Fiscal

Josimar Lino Bandeira
Secretário do Conselho Fiscal

Enrick Bastos Sanson
Conselheiro Fiscal - Efetivo

Relatório de Auditoria

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Leste Capixaba

Sicoob Leste Capixaba

Linhares/ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Leste Capixaba – Sicoob Leste Capixaba, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Leste Capixaba em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis do Sicoob Leste Capixaba para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 13 de março de 2017 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 16 de março de 2018.



Felipe Rodrigues Beiral
Contador CRC MG - 90.766/O-4
CNAI 2.994

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Leste Capixaba – Sicoob Leste Capixaba, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Com base nos exames efetuados, e considerando, ainda, o parecer da auditoria externa CNAC – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa, datado de 16 de março de 2018, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.